



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

CORPO E SUJEITO NA TRAMA DO DISCURSO POLÍTICO NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA

Joseane Silva Bittencourt*
(UESB)

Nilton Milanez**
(UESB)

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos nas pesquisas empreendidas durante o mestrado e objetiva apresentar, à luz dos estudos foucaultianos do discurso, a produção discursiva da virilidade e da sensibilidade da mulher política, a partir da análise de materialidades verbais e não verbais veiculadas no período da campanha eleitoral de 2010, da candidata Dilma Rousseff. Para tanto, utilizamos o conceito de memória discursiva e a noção de intericonicidade, ambos pensados por Jean-Jacques Courtine, e a noção de corpo como materialidade discursiva, pensada por Milanez, a fim de refletir sobre as mutações da sensibilidade na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso político. Corpo. Memória.

INTRODUÇÃO

Em *O sujeito e o poder* (1995), Foucault afirma que o objetivo do seu trabalho consiste em estudar os modos pelos quais os seres humanos tornam-se

* Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da UESB. E-mail: ane.bittencourt@hotmail.com.

**Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Vitória da Conquista, no Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade e Programa de Pós-Graduação em Linguística. Coordenador do Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo/UESB, no qual desenvolve o Projeto de Pesquisa Materialidades do corpo e do horror e o Projeto de Extensão Análise do discurso: discurso fílmico, corpo e horror. E-mail: nilton.milanez@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sujeitos em nossa cultura. Para tanto, ele elencou três modos de objetivação do sujeito que passam por três eixos: o primeiro eixo corresponde ao domínio do saber, o segundo, que corresponde ao domínio do poder e, por último, o terceiro eixo corresponde ao domínio da ética, ou seja, de modo geral, a investigação foucaultiana objetiva desvendar a forma que os sujeitos se constituem no imbricamento do saber, no exercício das relações de poder e nas condutas morais que guiam suas ações.

Assim, o sujeito foucaultiano, como nos mostra Revel (2005), não pode ser entendido como um sujeito consciente, uma identidade psicológica, mas como um objeto constituído historicamente, por meio de determinações que lhe são externas; ele é produto da história, de uma história descontínua, contada por meio de rupturas, que reinventa sucessões, séries, entrecruzamentos de acontecimentos, no qual o sujeito é efeito desses acontecimentos marcados na relação entre o poder, o saber e as condutas morais que cerceiam e disciplinam o sujeito em determinada época, ratificando certos modos de vida como verdades em uma sociedade: este é então o problema da subjetividade.

A disciplina, como uma *tecnologia política do corpo* (FOUCAULT, 1987, p. 26), permite controlar os corpos, os gestos, os comportamentos nos mais variados espaços e, ao longo da história, os processos de disciplinaridade (MILANEZ, 2006a; 2006b) tem se transformado, produzindo um discurso sobre a gestão dos corpos, tendo o próprio indivíduo como observador de si mesmo. Assim, podemos pensar numa sistematização da disciplina para o sujeito político tendo o corpo, os gestos e os comportamentos como a materialidade visível desse controle. Para tanto, reportamos a seguir aos tratados de civilidade e aos espelhos de príncipes, manuais que ensinavam aos homens e às mulheres nobres como agir na corte, como se vestir, e como governar, para evidenciar a memória desse controle corporal, que se transformou ao longo da história, mas que continua a produzir técnicas políticas que denotam um estado de legitimidade do sujeito político na



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

condução dos outros. Cabe também ressaltar, pela discussão destes documentos, o que era proibido ou permitido para as mulheres políticas, visto que partimos da hipótese de que o lugar do líder, do governante e do monarca se constitui, pela memória e pela história, como um lugar eminentemente masculino, fazendo com que as mulheres políticas, para serem respeitadas ou aceitas neste lugar, tivessem que dissimular características viris.

Os tratados de civilidade e os “espelhos de príncipes” funcionavam como técnicas que levam o indivíduo ao bem viver em sociedade, controlando seu corpo e, por meio da cultura de si, crescer em sabedoria e entendimento. Assim também coloca Rousseau (1995, p. 32): *é preciso que o corpo tenha vigor para obedecer à alma; (...) Quanto mais fraco é o corpo, mais ele comanda; quanto mais forte ele é, mais obedece.*

A relação interior e exterior, tendo o corpo como fronteira tênue desses estados, marca a separação da matéria e da alma de modo que a contenção se constitui em uma técnica que coloca os dois lados em uma mesma sintonia. A aparência passa então a representar a expressão direta da alma, que na luta contra o excesso através da moderação do corpo, se torna um verdadeiro operador político e social, instaurando e permitindo a existência do sujeito em uma determinada sociedade.

O governo de si se configura como um elemento essencial do poder, um fundamento do governo dos outros, sendo que, nos tratados de espelho de príncipe, o controle das maneiras e a contenção dos comportamentos são regidos pelas ideias de ordem e razão, como aponta Hansen (2006). A ordem diz respeito à maneira do jovem príncipe dispor seu corpo no espaço, que demarca uma hierarquia, revelando quem é quem na sociedade de corte, os limites das paixões e o controle dos excessos, fontes da desordem. A razão, formada pela prudência e o entendimento, deve ser um hábito experimentado em todas as ocasiões da vida do



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

infante, que, nos *agibilia*, ou nas coisas agíveis, deve manter o meio-termo da prudência.

A prudência se estabelece como a principal virtude do sujeito político. Segundo Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, ela é uma virtude da razão que deve ser transformada em hábito. A prudência, então, se manifestaria na razão prática do sujeito político, que mostra aos seus governados quem é capaz de governar. Na cultura helênica e romana, segundo Foucault (1985), a prática da virtude determina o controle da vida privada e pública do sujeito político, que aprende também a dosar o seu poder político, para chegar a uma elaboração de si por si.

Dessa forma, tanto a leniência quanto o autoritarismo na política são características negativas que expõem a falta de domínio de si. Haroche (2008) afirma que o princípio do governo dos outros se firma no amor paternal, como um pai que rege sua família, o príncipe deve reger o seu reino. O político deve saber governar docilmente e não apenas pela manifestação e uso da força.. Ele é o mestre de si que se torna mestre dos outros.

Sobre a educação das mulheres, sabemos que existiram tratados exclusivos para elas e para as mulheres políticas, dentre eles, podemos citar *A cidade das damas* e *O livro das três virtudes*, tratados escritos no final do século XIV e início do século XV, pela nobre Christine de Pizan, uma italiana radicada na França. No entanto, esses tratados remontavam aos exemplos das mulheres guerreiras, rainhas e nobres virtuosas, para marcar as tarefas que uma nobre poderia cumprir, como guerrear para defender seu castelo ou sua cidade e agir com sabedoria em situações desfavoráveis, utilizando os conselhos das três virtudes, que seriam as três damas: a Razão, a Retidão e a Justiça, se não houvesse a presença de um homem, que estaria ausente por conta da morte ou do desaparecimento. A guerra, campo de ação considerada historicamente masculina, pode ser desempenhada por uma mulher, desde que ela tenha inteligência, além de força e coragem, “atributos dos homens”. Assim, sobre a rainha Dido, por exemplo, em *A cidade das*



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

damas, Pizan esclarece sobre o significado do nome dessa rainha guerreira, no qual estabelece essas características ao homem: *todos passaram a chamá-la de Didon, o equivalente no latim de “virago”, que quer dizer: aquela que tem a coragem e a força de um homem* (PIZAN apud CALADO, 2006, p. 206).

Deste modo, a experiência feminina na cultura monárquica e cavaleiresca do século XV denota um estado de virilidade, marcada pela força física, coragem que fazem com que a mulher desempenhe funções historicamente desempenhadas por homens. Neste sentido, estabelecemos o lugar onde a mulher desempenha este tipo de função, a fim de verificar como as características viris e sensíveis constituem esses sujeitos: a figura da governante, tendo como modelo a rainha Elizabeth I, que demarca o lugar do político apto para o governo. Dessa forma, relacionaremos, por intericonicidade, o lugar da governante com a política Dilma Rousseff para identificar as relações de saber e poder que constituem esse sujeito político na história e na memória.

Observamos a posição da governante marcada pelo poder monárquico, cujo expoente pode ser vislumbrado em uma das rainhas mais importantes do mundo Ocidental: falamos da rainha Elizabeth I, a *Virgem*.

Dunn (2004), autora de uma biografia das primas rainhas da Inglaterra, Mary e Elizabeth, revela o princípio aceito da ordem natural e divina das coisas, tendo a mulher como um ser subserviente ao homem, concebendo a governança masculina como o normal e o governo feminino como algo antinatural. A autora cita um tratado redigido por um protestante escocês, John Knox, em 1558, ano da ascensão de Elizabeth ao trono inglês, em que o autor coloca sua opinião, mas que era um saber recorrente da sua época:

promover a Mulher à responsabilidade do poder, superioridade, domínio e império de qualquer Reino é repugnante à Natureza; uma coisa contrária a Deus, muitíssimo oposta à Sua vontade revelada e Seu ritual aprovado, e por fim, é a subversão de toda



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

boa Ordem, de toda equidade e justiça. (KNOX apud DUNN, 2004, p.52)

Outros estudiosos também concordavam com as ideias de Knox. Sir Thomas Elyot, por exemplo, declarou: *nas partes de sabedoria e diplomacia civil, constatou-se que [as mulheres] são inaptas e têm pouca capacidade.* (ELYOT apud DUNN, 2004, p. 142), e ainda Calvino, que escreveu a William Cecil, secretário de Elizabeth, da seguinte maneira sobre o reinado feminino: *um desvio da primitiva e estabelecida ordem da natureza, tem de ser defendido como uma condenação do homem pela violação de seus direitos, exatamente como a escravidão* (CALVINO apud DUNN, 2004, p. 142). Assim, o governo de uma mulher seria uma inversão da ordem natural das coisas ou, ainda, de um castigo enviado por Deus em forma de violação do direito “natural” do homem de governar, o que equivale a uma escravidão.

A rainha Elizabeth explicou a monstruosidade de um governo feminino recorrendo à teoria medieval dos dois corpos do rei, que consiste na pressuposição de um corpo natural e de um corpo político. O corpo natural seria o “eu corpóreo”, o corpo que carrega as fraquezas e deficiências próprias da condição feminina. No entanto, como rainha, ela possuía todas as virtudes de prudência, discernimento, coragem e probidade que sua condição de mulher não era capaz de ter.

Essa ambiguidade andrógina foi levada nas negociações políticas, inclusive sobre a insistência sobre o seu casamento, ela usava deste artifício para escapar dos planos de seus conselheiros e inimigos políticos, justificada pela já autoproclamada indecisão e incapacidade femininas. Usava sua virgindade para invocar a imagem da Virgem Maria, para associar-se à imagem de mãe protetora de seu povo, usando da prerrogativa das três virtudes citadas por Pizan, em *A cidade das damas* – a Razão, a Retidão e a Justiça. Quando lhe convinha, assumia a virilidade de seu corpo político, como afirma Dunn:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Quando servia às suas finalidades, contudo, Elizabeth afirmava a virilidade inerente ao seu “corpo político”. Recorrendo à sua augusta majestade, assumia todas as qualidades por tradição atribuídas ao masculino; o coração de um leão, a mente de erudito, firmeza diante dos inimigos, ciosa de sua honra e a coragem para agir militarmente em defesa de seu país e de seu povo. (DUNN, 2004, p. 143)

Essa ambivalência entre o feminino e o masculino, na qual a rainha usava de acordo com as situações que enfrentava, surtiu efeitos em seu comando político; no entanto, Elizabeth não escapou de detratores que atacavam a sua vida íntima, principalmente no que tange à sua sexualidade como os rumores de sua “aberração” como mulher. A própria Mary, destituída do trono e encarcerada sob a acusação de tramar o assassinato da rainha, escreve, no inverno de 1584, uma “carta” que se juntou às insinuações sobre a sexualidade da monarca, sugerindo que um casamento da rainha com qualquer homem seria impossível, porque, *indubitavelmente, não era como as outras mulheres* (DUNN, 2004, p. 144).

Cabe agora fazer uma relação de todas essas questões concernentes ao reinado da rainha Elizabeth com a emergência de uma mulher presidente no Brasil. O primeiro elemento que mostra essa semelhança é a produção discursiva da virilidade inerente à mulher política. Elizabeth atribuía à virilidade ao seu corpo político, a despeito de seu corpo biológico, fraco. Assim, a força, a coragem e a sabedoria provinham de seu corpo virilizado e político e da graça de Deus. A mulher política contemporânea referenda sua capacidade política em sua força e coragem – características historicamente atribuídas aos homens – que remontam à prática social da função do homem na história e na memória social que, quando atribuídas a uma mulher, chega-se a construir insinuações sobre sua sexualidade. Assim como a rainha Elizabeth teve sua sexualidade posta em questão, o mesmo aconteceu com a candidata Dilma. Em campanha no Piauí, a candidata é questionada por um repórter local se ela era homossexual. Ela respondeu:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Meu querido, eu não vou responder a isso. Não vou responder. Tenho uma filha e sou avó, pelo amor de Deus. Não vou discutir nesse nível. Me desculpa, mas esse tipo de discussão, eu não vou ter aqui. Isso não contribui em nada para o desenvolvimento do país⁶⁹⁹.

Para a análise dessa formulação linguística, devemos primeiramente fixar o vocabulário utilizado. De início, destacamos a denegação da resposta, que se inicia com o vocativo “meu querido”, indicando, pelo sentido do encadeamento da formulação, a irritação com a pergunta e, em seguida, a candidata dá seu parecer por meio da confissão: a confissão de que tem filha e neto e, portanto, dá visibilidade ao enunciado de que sua condição de divorciada, a de que não tem um homem ao seu lado, não é indício de uma homossexualidade ou de menosprezo à família. Essas questões morais ficam evidentes na formulação linguística “pelo amor de Deus”, como uma súplica pelo “absurdo” da pergunta do repórter, uma espécie de “tabu do objeto” (FOUCAULT, 1997) que é a homossexualidade, e pelo “ritual da palavra” (FOUCAULT, 1997), que é a não-adequação da pergunta para o lugar institucional que a candidata ocupa. A formulação “Não vou discutir *nesse nível*” mostra um estado de baixeza da discussão, um assunto inferior que não deveria ser exposto no momento em que ela concedia entrevista sobre sua candidatura e falava de suas propostas. No entanto, sua condição de candidata a um cargo político a impele a falar sobre isso mesmo que seja um assunto inferior e que “não contribui em nada para o desenvolvimento do país”, por isso, sua vontade em não discutir esse tipo de assunto, mas sua posição de ter que falar e se posicionar a faz dizer o “me desculpa” para o repórter e para o público.

A homossexualidade, então, se constitui, nesta formulação, como uma anormalidade e, portanto, uma característica considerada negativa para o sujeito político. Ser homossexual seria uma imprudência, porque demonstra a falta de controle dos afetos, de seu corpo e, por isso, falta de controle de si, pré-requisito

⁶⁹⁹ Informação veiculada no site: <<http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/75999-reporter-pergunta-se-dilma-e-%E2%80%98homossexual%E2%80%99.html>>



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

para o controle dos outros. Dizer também que esse tipo de discussão “não contribui em nada para o desenvolvimento do país”, marca uma posição de afastamento do sujeito do espaço público para o sujeito do espaço privado que, pelos dispositivos de controle desenvolvidos por nossa sociedade, seria bastante improvável de empreender essa divisão. Nesse sentido, a confissão de si produz sentidos principalmente no que tange ao campo político contemporâneo com toda a espetacularização desse espaço, visto que há *uma extrema personalização da vida pública* (COURTINE, 2006, p. 138): Dilma divorciada, Elizabeth virgem, a mulher que não precisa cuidar de um lar para garantir o cuidado dos lares de seus cidadãos e súditos. Como a resposta dada por Elizabeth, erguendo seu anel da coroação, quando seus conselheiros insistiam para que ela se casasse: *Já estou unida a um marido, que é o reino da Inglaterra* (DUNN, 2004, p. 35).

Outra semelhança percebida entre as duas mulheres políticas é a utilização da figura da mãe como aquela que protege e nutre seu filho. Essa imagem desloca-se para a figura da governante, que nutre e protege seu povo, aproximando a governança com o gerenciamento da família. Elizabeth I, em vários momentos de seu reinado, se comparou à Virgem Maria para mostrar o seu amor maternal em relação ao seu povo. Perrot (2008, p. 21) afirma que, na história, as mulheres, quando intervêm no espaço público, o fizeram quase sempre em grupo, com o objetivo de manifestar suas qualidades de mães, dona-de-casa, e guardiãs dos víveres. Para o governo dos outros, a mulher política também se manifesta, na qualidade de guardiãs e protetoras de seus cidadãos e súditos, relacionando sua imagem com a imagem de outras mães:



Imagem 1



Imagem 2

Nessa fotografia da candidata Dilma Rousseff foi tirada, em Porto Alegre, em 9 de setembro de 2010, mesmo dia do nascimento de seu neto, em meio à campanha eleitoral para presidente, a candidata aparece de lado, segurando o bebê no colo, enrolado em panos, olhando-o de cima pelo lado esquerdo, e mostra, para quem vê a foto, que ela está com os olhos baixos. Esta imagem se associa, por intericonicidade, com a imagem 2, em que é retratada a Virgem Maria, em manto azul e véu amarelo, segurando o seu filho, o menino Jesus, também enrolado em panos. A disposição das imagens é a mesma, o que denota semelhante preocupação e cuidado da Dilma com seu neto e da Virgem com seu Filho. Assim, os indícios e os traços devem ser identificados nas imagens podem mostrar os vestígios deixados por outras imagens da nossa cultura visual. Há, assim, um sempre-já da imagem como um pré-construído, que nos permite pensar numa rede de produção de sentidos para essas duas imagens associadas por intericonicidade, como afirma Courtine (2011a, p. 148): *Este é o fundamento da intericonicidade, isto é, da rede de reminiscências pessoais e de memórias coletivas que ligam as imagens umas às outras. (...) toda imagem se estende nas ramificações genealógicas na memória das imagens.* [tradução nossa]



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Logo, o sentido produzido reporta à memória social a imagem que nossa sociedade faz das mães, como aquela que cuida, nutre e protege; e, sendo a avó “mãe duas vezes”, o cuidado é redobrado: o que se constitui como sentido é que Dilma também terá a mesma preocupação maternal e cuidado com os cidadãos brasileiros. Nota-se a relação do campo político com o campo religioso, no acontecimento histórico – o nascimento de uma criança – que se transforma em um acontecimento discursivo – que reatualiza esses discursos da maternidade, mas concebido dentro do discurso político: as posições da mãe e da avó, como lugares do cuidado, proteção e nutrição no espaço doméstico são deslocadas para o espaço público, onde a constituição da mulher política é marcada pela proteção e cuidado do país.

Discutimos o lugar da governante por meio do controle dos gestos e dos comportamentos, práticas que acarretam o controle de si para o controle dos outros. Vimos que os tratados de civilidade e os espelhos de príncipe não ensinam os modos de andar, sentar e se comportar em público, mas conselhos sobre a arte de bem governar e de tratar seus súditos, além da educação e governo das mulheres, que só assumiriam essa posição na falta do homem. Nesse sentido, emerge então, pela memória discursiva e memória das imagens, a figura da mulher política por meio de outras figuras que se associam ao domínio do viril, ao lado do sensível.

Cabe ressaltar, no entanto, as considerações de Courtine (2011b), em *Histoire de la virilité*, em que as características consideradas historicamente masculinas no campo discursivo político, tais como força, coragem e sabedoria para o governo dos outros, foram reconfiguradas e redistribuídas na contemporaneidade e que essa linha tênue, que separava esses papéis desempenhados por homens e por mulheres se desfez: emergindo um novo paradigma político: o da sensibilidade. Assim, as características, viris ou sensíveis, podem ser remetidas ao cavalheiro, à heroína, à santa e à mãe reconfigurando a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

memória desses papéis, antes tão bem divididos, no campo político, produzindo formas de contradições e dissensões múltiplas na constituição desse sujeito que nunca está por acabar-se.

Entretanto, ao trazer o lugar da política como um espaço masculino na época do reinado da rainha Elizabeth I, pretendemos mostrar como esse enunciado ainda está presente na memória da sociedade, mesmo que reconfigurado na contemporaneidade, tecendo uma rede com outras imagens que se encontram no arquivo memorial de nossa sociedade, depositadas nas mais variadas materialidades, mostrando características sensíveis e viris, numa retomada à máxima “nada em demasia” (FOUCAULT, 2011, p. 05), um dos preceitos délficos para se chegar ao conhecimento de si as quais a mulher política deve obter, pela prática, para se tornar um sujeito político apto para o governo dos outros.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*. Acesso em: fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.revistaliteraria.com.br/aristotelesEtica.pdf>.
- BRANDÃO, Antonio Jackson de S. Pérola: a pureza e a tristeza na poética barroca alemã. In: **Revista Litteris**. Nº 7, março de 2011.
- BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, M^a do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. 135 p. (Coleção Olhares Oblíquos).
- _____. **Metamorfoses do discurso político**. Derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006a.
- _____. Discurso, história e arqueologia. In: MILANEZ, Niton; GASPAR, Nádea Regina. **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. **Déchiffer le corps**. Penser avec Foucault. Paris: Éditions Jérôme Millon, 2011a.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

COURTINE, Jean-Jacques. Impossible virilité. In: COURTINE, J-J; CORBAIN, Alan; VIGARELLO, George. **Histoire de la virilité**. La virilité en crise? XXe-XXIe siècle. V. 3, Paris: Seuil, 2011b, P. 07-11.

COURTINE, J-J; HAROCHE, C. **História do rosto**. Expressar e calar suas emoções (do século XVI ao início do século XIX). Trad. Ana Moura. Lisboa: Editora Teorema, 1988.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramalheite. 20ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

DUNN, Jane. Elizabeth & Mary. **Primas, rivais, rainhas**. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

_____. **História da sexualidade I**. A vontade de saber, 13ª edição. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal Edições, 1988.

_____. **História da sexualidade III**. O cuidado de si. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro. Graal, 1985.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

HANSEN, João Adolfo. Educando príncipes no espelho. In: **Floema Especial**. Ano II, n. 2 A, out. 2006, p. 133-169.

HAROCHE, C. **A condição sensível**. Formas e maneiras de sentir no Ocidente. Trad. Jacy Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

MILANEZ, Nilton. **As aventuras do corpo**: dos modos de subjetivação às memórias de si em revista impressa. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara: Universidade Estadual Paulista, 2006a. (Tese de doutorado)

_____. O corpo é um arquipélago. In: NAVARRO, P (Org.) Estudos do texto e do discurso. Mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006b, p. 153-179.

_____. O nó discursivo entre corpo e imagem: que identidade para o brasileiro é essa? In: MACHADO, Ida Lucia; MENDES, Emília; LIMA, Helcira. **Revista de Estudos Semiodiscursivos**. Imagem e Análise do Discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

PANDOLFO, Maria do Carmo Peixoto. **Joana D'Arc**: semiologia de um mito. Rio de Janeiro: Grifo, 1977.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Corrêa. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PIZAN, Christine de. **Aqui come[n]ça o liuro chamado espelho de Cristina o qual falla de três estados de mulheres e he partydo em três partes...** – Lisboa:



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

por Herman de Campos, 20 junio 1518. Disponível em: <<http://purl.pt/15289/2/>>
acesso em: maio de 2011.

_____. A cidade das damas. In: CALADO, Luciana Eleonora de Freitas. **A cidade das damas**. A construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan. Recife: UFPE, 2006.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos : Claraluz, 2005.